

Unidade

2

Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID)

Objetivos de Aprendizagem

Ao final desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Realizar o procedimento de registro, pedido de reconhecimento federal de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID)

Olá estudante,

Nesta segunda Unidade aprenderemos a realizar o procedimento de registro e o pedido de reconhecimento federal de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Lembre-se de que se precisar de ajuda, basta entrar em contato com o seu tutor.

Então, vamos ao trabalho!

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) é um sistema de informação produzido e desenvolvido no projeto Planejamento Nacional para Gestão de Riscos (PNGR), em uma cooperação técnica entre o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/UFSC) e o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil. O objetivo do S2ID é informatizar os procedimentos para a solicitação de reconhecimento de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública e do processo de transferência de recursos federais para Estados ou Municípios afetados por desastres.

A Portaria GM/MI n. 524, de 6 de setembro de 2012, tornou obrigatório o uso do sistema, que está sendo implantado de forma gradativa em todo o país. Num primeiro momento, estará disponível apenas o Módulo de solicitação de Reconhecimento Federal. A previsão é de que até o final de 2013 também seja disponibilizado o Módulo de solicitação de recursos por meio do Sistema.

O S2ID tem como objetivos a informatização dos procedimentos de solicitação e a transferência de recursos federais para os Municípios; e seu público-alvo são os agentes de Defesa Civil. O sistema disponibiliza formulários e modelos de documentos que devem ser preenchidos com as informações necessárias ao reconhecimento federal de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, a saber:

- Formulário de Informações do Desastre (FIDE);
- Declaração Municipal de Atuação Emergencial (DMATE) ou Declaração Estadual de Atuação Emergencial (DEATE);

Leia esta Portaria na íntegra em: <Leia esta Portaria acessando: <http://www.lex.com.br/legis_23694592_PORTARIA_N_524_DE_6_DE_SETEMBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 8 nov. 2012.

- Relatório Fotográfico;
- Decreto municipal ou estadual;
- Ofício de requerimento da solicitação;
- Parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC); e
- Demais documentos pertinentes.

Além de agilizar o envio de documentos, o sistema permite que o usuário acompanhe o andamento do processo em tempo real e, ainda, melhora o registro das ocorrências de desastres, mesmo aquelas que não necessitam de reconhecimento federal. Dessa forma, o S2ID permitirá, pela primeira vez, a construção de um banco de dados confiável sobre desastres no país.

Muito bem, agora que vimos quais são os formulários que devem ser preenchidos, vamos entender como é o sistema na prática. Lembre-se de que seu tutor está preparado para ajudá-lo, então, não hesite em entrar em contato com ele.

Como Acessar o S2ID

Para ter acesso ao portal do S2ID, você deve acessar o site da Secretaria Nacional de Defesa Civil <<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil>>, na aba Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), como é demonstrado na tela a seguir:



Figura 1: Portal de acesso
Fonte: Brasil (2012)

Ao clicar no *link* S2ID, você será redirecionado para o portal de acesso, conforme a figura a seguir. Nesse portal, você terá as seguintes opções:

- **Registro e reconhecimento:** destinado para que os Municípios e os Estados façam os registros de desastre e solicitem reconhecimento.
- **Análise geoespacial:** visualização e análise dos registros por meio de uma ferramenta de georreferenciamento.
- **Painel de controle:** acesso restrito aos analistas da Divisão de Reconhecimento da SEDEC, para análise das informações.
- **Biblioteca virtual:** permite acesso a vários documentos (artigos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso – TCC) relacionados ao tema mapeamento e gestão de risco de desastres.
- **Banco de dados de registros de desastres:** contém documentos que registram os desastres ocorridos até o ano de 2012, codificados pelo CODAR, como NOPRED, AVADAN, Decretos e Portarias.
- **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais:** disponível para a população em geral.

Este Atlas contém o resgate histórico de desastres, ocorridos entre 1991 a 2010. Nele, ressalta-se a importância dos registros pelos órgãos federais, estaduais, municipais e Distrital de Defesa Civil, para que estudos abrangentes e discussões sobre as causas e a intensidade dos desastres possam contribuir para a construção de uma cultura de proteção civil.

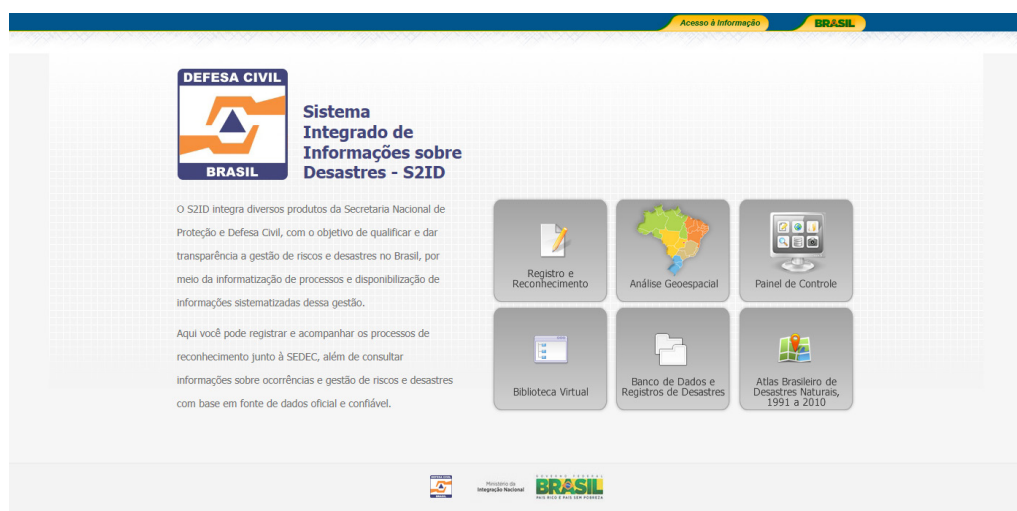


Figura 2: *Link* S2ID
Fonte: Brasil (2012)

Registro e Reconhecimento

Área acessada pelos Municípios, Estados e Distrito Federal para preencher os formulários de registro da ocorrência e/ou solicitar a homologação de Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, e o reconhecimento federal.

Login e Senha

Para acessar o sistema, o Coordenador Estadual, Distrital ou Municipal, ou autoridade hierarquicamente superior, deverá encaminhar ofício à Secretaria Nacional de Defesa Civil solicitando *login* e senha. Nesse ofício deverão constar os seguintes dados do usuário (servidor, funcionário e/ou pessoa responsável) que será responsável pela inserção de dados no sistema:

Para os demais membros da sociedade civil, o acesso se restringe à análise geoespacial, à Biblioteca Virtual, ao Banco de Dados e ao Atlas, que não exigem *login* e senha.

- nome completo;
- CPF;
- *e-mail* institucional;
- telefone institucional;
- celular;
- órgão de Defesa Civil que representa; e
- endereço completo.

Após o cadastramento dessas informações, o sistema enviará o *login* e a senha ao *e-mail* institucional informado pelo usuário, no ofício.

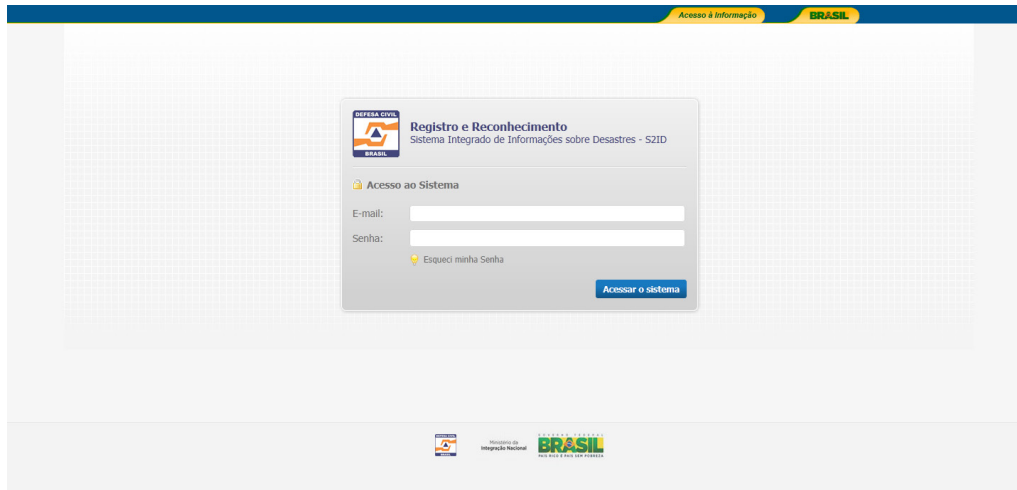


Figura 3: Janela de acesso – *login* e senha
Fonte: Brasil (2012)

No caso de esquecimento de senha, o usuário deverá acessar a tela “Esqueci minha senha” e informar o *e-mail* institucional cadastrado. A senha será remetida para este *e-mail*.

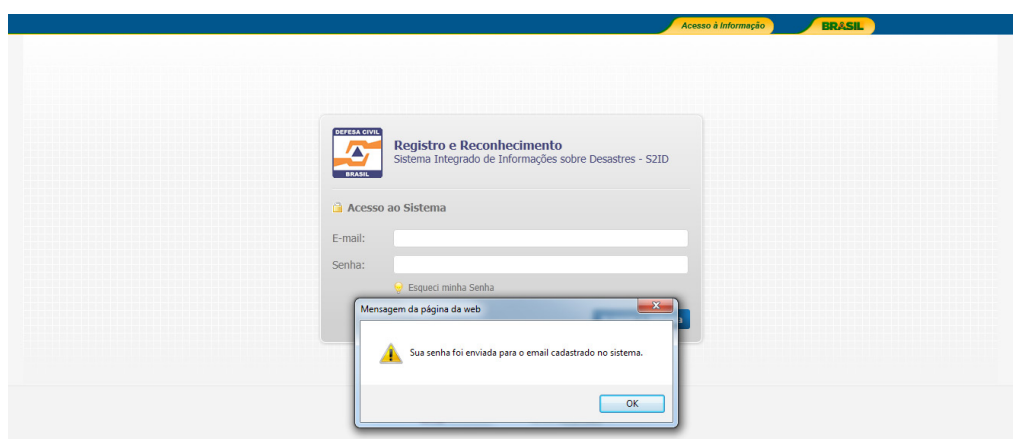


Figura 4: Tela “Esqueci minha senha”

Fonte: Brasil (2012)

Cadastro

Sempre que o sistema for acessado, o usuário será direcionado à tela “Atualizar cadastro” para conferir se as informações estão atualizadas ou se é necessário atualizá-las. É de fundamental importância que os dados estejam atualizados para que a Divisão de Reconhecimento possa entrar em contato com o usuário quando for necessário e para solucionar as dúvidas ainda existentes.

É importante informar que no campo “E-mail Secundário” é possível inserir mais de um *e-mail* para recebimento de informações relativas às mudanças de *status* do processo de reconhecimento. Para isso, basta colocar uma vírgula entre os *e-mails*. Exemplo: (joao@ig.com.br, joao@gmail.com, etc.).

A imagem mostra a tela de manutenção do cadastro do usuário no sistema S2ID. No topo, há uma barra azul com o texto "Acesso à Informação" e o logotipo do Brasil. Abaixo, o título "Registro e Reconhecimento" e "Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID" são exibidos. O formulário contém campos para: Nome (Solicitante do município de Florianópolis), CPF (7675079833), E-mail (municipio@solleone.com.br), E-mail Secundário (joseantonio@autonomia.com.br), Telefone (4888884444), Celular (4833654666), Endereço (praça dos patriotas, 123), CEP (88053654), Bairro (Jurema), Instrução (Ensino Fundamental Incompleto), Órgão da Defesa Civil (Este é o nome da Defesa Civil), e Cargo (Testador do sistema 123). Um campo para "Data de Nascimento" está circulado em laranja. No canto superior direito, há um link "Sair do Sistema". No canto inferior direito, há um botão "Atualizar Cadastro". No canto inferior esquerdo, há um link "Trocar Senha".

Figura 5: Tela “Atualizar cadastro”

Fonte: Brasil (2012)

Na tela “Atualizar cadastro” também é possível alterar a senha de acesso fornecida pelo sistema, que deverá ser trocada no primeiro acesso. Para isso, basta clicar no botão “Trocar senha” para ser direcionado à tela “Troca de senha”, na qual será necessário inserir a senha atual e a nova senha proposta.

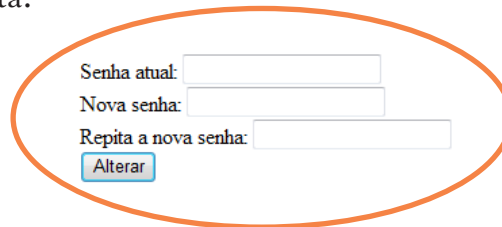
A imagem mostra um formulário de troca de senha. Há três campos de entrada de texto: "Senha atual:", "Nova senha:" e "Repita a nova senha:". Abaixo dos campos, há um botão azul com o texto "Alterar". O formulário inteiro está circulado por uma linha laranja.

Figura 6: Trocar senha
Fonte: Brasil (2012)

Menu Opções

No menu “Opções”, temos:

- Novo registro – onde se encontram os formulários necessários para gravar um registro, solicitar a homologação estadual e o pedido de reconhecimento.
- Consultar registros – onde o usuário tem a possibilidade de consultar os protocolos abertos referentes a seu Município, além de visualizar e imprimir todo o processo.
- Análise dos dados – permite a análise espacial dos registros informados. Esse item é aberto a qualquer cidadão.

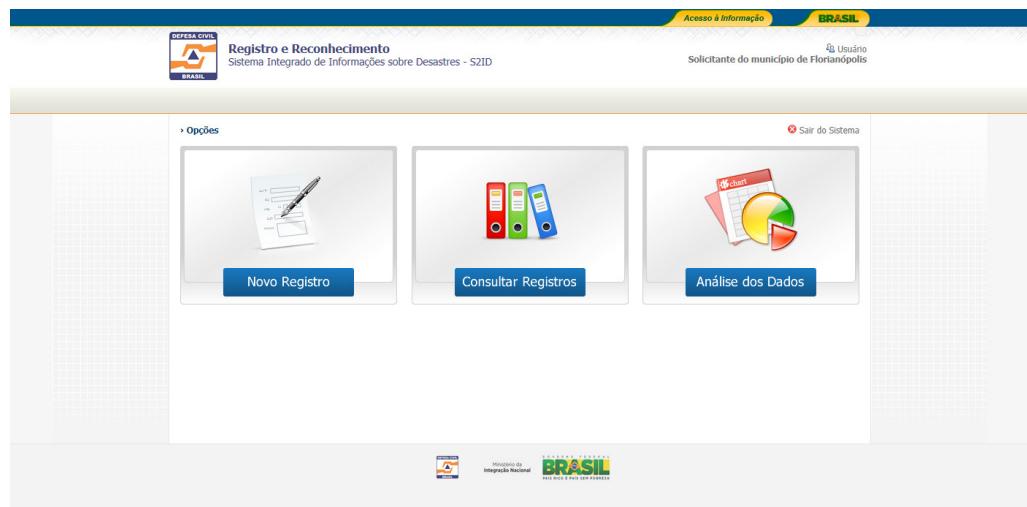


Figura 7: Opções
Fonte: Brasil (2012)

Novo Registro

Ao acessar a opção “Novo registro”, o Formulário de Informação dos Desastres (FIDE) é aberto. Além de necessário para habilitar a edição dos demais formulários, o FIDE serve para registrar a ocorrência do desastre e para abrir o processo de homologação e de reconhecimento. As informações gravadas no FIDE são encaminhadas ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) para que sejam tomadas providências de apoio.

Formulário de Informação dos Desastres (FIDE)

O Formulário de Informações dos Desastres (FIDE) é um documento que tem como objetivos o reconhecimento das situações de anormalidades referentes aos desastres naturais, assim como o registro efetivo dos desastres ocorridos no país.

Ressaltamos que são de preenchimento obrigatório as informações relativas à Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) e a data de ocorrência do evento, contendo dia, mês e ano. Sem essas informações, o FIDE não é gravado.

É importante destacar também que a definição correta da Codificação agiliza o procedimento e dá mais fidelidade ao processo. A COBRADE está disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2a09db-34-e59a-4b38-b568-ef00df8lead&groupId=185960>. Acesso em: 8 nov. 2012.

Observe que, no item 1 – “Identificação”, os campos “Estado” e “Município” são preenchidos automaticamente, de acordo com o cadastro efetuado previamente pelo Usuário. Se essas informações estiverem incorretas, todos os formulários estarão incorretos. Se isso acontecer, você deverá entrar em contato com a Divisão de Reconhecimento da SEDEC para solicitar o ajuste.

Neste mesmo item, temos os seguintes campos:

- População, que já vem preenchida automaticamente, de acordo com censo do IBGE 2010.
- Produto Interno Bruto (PIB) – deve ser preenchido com o valor, em R\$, apurado no ano anterior ao ano do registro.

Faça contato pelo e-mail: <reconhecimentofederal@gmail.com>, ou pelo telefone: (61) 3214-0631 ou 3214- 0633.

- Orçamento – deve ser preenchido com o valor do Orçamento Municipal, em R\$, aprovado na Lei Orçamentária Municipal.
- Arrecadação anual – deve ser preenchido com o valor, em R\$, da Arrecadação Anual, apurada no ano anterior ao do registro.
- Receita Corrente Líquida (RCL) – basta preencher um dos campos: “Total Anual” ou “Média Mensal”. O Sistema calculará automaticamente o campo que não foi preenchido.

Observe que, para a avaliação do processo de pedido de reconhecimento, alguns critérios são baseados na Receita Corrente Líquida (RCL). O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dessa informação poderá implicar na devolução do processo e até mesmo no não reconhecimento dele.

A imagem mostra a interface do sistema S2iD. No topo, há uma barra azul com o logo do Brasil e o texto "Acesso à Informação". Abaixo, o cabeçalho do sistema indica "Registro e Reconhecimento" e "Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD". O usuário logado é "Solicitante do município de Florianópolis".

O formulário principal é o "Formulário de Informações do Desastre - FIDE", dividido em seções:

- 1 - Identificação:**
 - UF: SC
 - Município: Florianópolis
 - População (hab.): 421 203
 - PIB (R\$ anual): R\$ 0,00
 - Orçamento (R\$ anual): R\$ 0,00
 - Arrecadação (R\$ anual): R\$ 0,00
 - Receita Corrente Líquida - RCL (R\$):
 - Total anual: R\$ 0,00
 - Média Mensal: R\$ 0,00
 - Seleção do tipo de COBRADE: (caixa de seleção)
- 2 - Tipificação:**
 - COBRADE: (campo para código)
 - Denominação (Tipo ou subtipo): (campo para descrição)
- 3 - Data da Ocorrência:**
 - Dia*: (campo para dia)
 - Mês*: (campo para mês)
 - Ano*: (campo para ano)
 - Horário: (campo para horário)

Figura 8: FIDE – item 1

Fonte: Brasil (2012)

Para que seja preenchido o item 2 – “Tipificação”, é preciso selecionar o tipo de COBRADE na caixa de seleção. Automaticamente será preenchido o código COBRADE e a sua denominação.

Registro e Reconhecimento
Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID

Seleção o tipo de COBRADE*

- Alagamentos
- Baixa Humidade do Ar
- Ciclones - Marés de Tempestade (Ressacas)
- Ciclones - Ventos Costeiros (Mobilidade de Dunas)
- Colapso de edificações
- Corridas de Massa - Rocha/detrito
- Corridas de Massa - Solo/Lama
- Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial e marinho
- Deslizamentos
- Doenças infecciosas bacterianas
- Doenças infecciosas fúngicas
- Doenças infecciosas parasíticas
- Doenças infecciosas virais
- Emanação vulcânica
- Enxurradas
- Erosão Continental - Boçorocas
- Erosão Continental - Laminar
- Erosão Continental - Ravinas
- Erosão Costeira/Marinha
- Erosão de Margem Fluvial
- Estiagem
- Fontes radioativas em processos de produção
- Frentes Frias/Zonas de Convergência
- Incêndio Florestal - Incêndios em Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais ou Municipais
- Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar
- Incêndios em aglomerados residenciais
- Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos
- Infestações de algas - Ciano bactérias em reservatórios
- Infestações de algas - Marés vermelhas

2 - Tipificação

COBRADE	Denominação (Tipo ou subtipo)

3 - Data da Ocorrência

Dia*	Mês*	Ano*	Horário

Figura 9: FIDE – tipo de COBRADE – itens 2 e 3

Fonte: Brasil (2012)

No item 3 – “Data de ocorrência”, deverá ser informada a data da ocorrência do desastre, tanto os súbitos quanto os de evolução aguda. Quanto aos casos de desastres graduais ou de evolução crônica, a data da ocorrência será a data da decretação estadual ou municipal. Nesse item deve ser registrada também a hora do desastre.

- **Súbitos ou de Evolução Aguda** – resultam da liberação brusca de grande quantidade de energia sobre sistemas vulneráveis. Relacionam-se a eventos ou a acidentes de grande magnitude e de ocorrência súbita. São exemplos de desastres súbitos: vendavais, enxurradas, deslizamentos de encostas, nevascas, terremotos, erupções vulcânicas, acidentes ferroviários e aeronáuticos, incêndios e explosões em edifícios densamente ocupados.
- **Desastres Graduais ou de Evolução Crônica** – quando seus efeitos são sustentados e tendem a se agravar e a acentuar de forma gradual. São exemplos de desastres graduais: Secas, estiagens, enchentes cíclicas de grandes bacias hidrográficas, erosão e perda de solo agricultável, guerras de desgaste, fome e desnutrição.

Um dos critérios para avaliar o pedido de reconhecimento é a data da ocorrência do desastre: se súbitos, o usuário deverá solicitar o reconhecimento em até dez dias após o evento; se graduais de evolução crônica, em até dez dias após a decretação.

No item 4 – “Área afetada/tipo de ocupação”, o usuário escolherá as opções relacionadas ao evento ocorrido. Na descrição da área afetada é preciso atentar para a descrição delimitando-as com o máximo de precisão. Na aba “Anexos”, localizada logo abaixo da aba “FIDE”, é possível carregar no S2iD mapas ou croquis, além de outros documentos necessários para a caracterização do desastre.

No campo “Descrição das Áreas Afetadas”, ainda no item 4, é preciso evitar a expressão “toda a área urbana e rural do município”, pois a própria seleção dos itens anteriores já indica as áreas afetadas das zonas urbana e rural. Um exemplo de descrição de áreas afetadas pode ser o nome da rua ou do bairro, a região mais afetada etc.

No item 5 – “Causa e efeitos do Desastre”, é preciso descrever o evento adverso que provocou o desastre, informando suas características e sua magnitude.

Exemplos:

- Elevação do nível do rio, se rápida ou lenta.
- Encharcamento do solo etc.

É interessante inserir informações pluviométricas da Agência Nacional de Águas (ANA) ou dos órgãos de pesquisas ou acompanhamento hidrometeorológico.

4 - Área Afetada/Tipo de Ocupação	Não existe/não afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comercial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Industrial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agrícola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pecuária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Extrativismo Vegetal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reserva Florestal ou APA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mineração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Turismo e Outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Descrição das Áreas Afetadas: (especificar se urbana e/ou rural)

Caracteres restantes: 4000

5 – Causas e efeitos do Desastre: - Descrição do Evento e suas Características

Caracteres restantes: 4000

Figura 10: FIDE – Itens 4 e 5

Fonte: Brasil (2012)

No item 6.1 – “Danos Humanos”, informe a quantidade de pessoas vitimadas, em consequência do desastre, discriminando:

- Mortos – pessoas falecidas.
- Feridos – pessoas feridas que necessitam ou não de hospitalização.
- Enfermos – pessoas que desenvolveram enfermidades.
- Desabrigados – pessoas desalojadas que necessitam de abrigo temporário.
- Desalojados – pessoas cujas habitações foram danificadas ou destruídas, mas que não precisam, necessariamente, de abrigo temporário.
- Desaparecidos – pessoas não localizadas ou de destino desconhecido, em circunstância do desastre.
- Outros – pessoas vitimadas, de alguma outra forma que não as anteriores. É preciso descrever esses casos no campo “Descrição dos Danos Humanos”.
- Total de afetados – somatório automático dos itens anteriores.

Para caracterizar Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), observe os seguintes critérios para o item 6.1:

6.1	SE	ECP
Mortos	1-9	≥ a 10
Afetados	1-99	≥ a 100

Quadro 1: Critérios para o item 6.1
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Conforme vimos na Unidade 1, uma das definições de “dano” é a “Intensidade das perdas humanas, materiais e ambientais induzidas às pessoas, às comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um evento adverso”. O FIDE prevê o preenchimento do número de mortos, de feridos, de enfermos, de desabrigados, de desalojados ou de desaparecidos para caracterizar a dimensão dos danos humanos.

Caso haja, ainda, outros danos humanos que não os relacionados anteriormente, eles podem ser preenchidos no campo “Outros” e detalhados no campo “Descrição dos Danos Humanos”. Podemos citar como exemplo de “Outros danos humanos” pessoas que ficaram sem acesso à água ou a alimentos em razão do desastre, além de mutilados e deslocados de suas residências.

6. Danos Humanos, materiais ou Ambientais		
	Tipo	Nº de pessoas
6.1 - Danos Humanos	Mortos	<input type="text"/>
	Feridos	<input type="text"/>
	Enfermos	<input type="text"/>
	Desabrigados	<input type="text"/>
	Desalojados	<input type="text"/>
	Desaparecidos	<input type="text"/>
	Outros - descreva abaixo	<input type="text"/>
	Total de afetados	<input type="text" value="0"/>
Descrição dos Danos Humanos: <input type="text"/>		
Caracteres restantes: 4000		

Figura 11: FIDE – Descrição dos danos humanos

Fonte: Brasil (2012)

No item 6.2 – “Danos Materiais”, informe a quantidade estimada de edificações danificadas ou destruídas pelo desastre e o valor em R\$ correspondente, discriminando:

- Instalações públicas de saúde – hospitais, postos de saúde e outros.
- Instalações públicas de ensino – escolas, colégios, faculdades e outros.
- Instalações públicas prestadoras de outros serviços – outras edificações ou instalações públicas.
- Instalações públicas de uso comunitário – instalações comunitárias, como centros de convivência, creches e outras.
- Unidades habitacionais – edificações residenciais, casas e edifícios e demais unidades habitacionais.
- Obras de infraestrutura pública – Sistema viário (estradas e rodovias), Obras de arte (pontes, pontilhões, viadutos e outros), Sistema de abastecimento de água (dutos), Sistema de energia (postes e transformadores), Sistema de drenagem (bueiros, canaletas etc.).

Podemos caracterizar como Situação de Emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Para caracterizar Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), observe os seguintes critérios para o item 6.2:

6.2	SE	ECP
Somatório da quantidade de instalações públicas de: saúde, ensino e prestadoras de outros serviços destruídos ou danificados	1-9	≥ a 10
ou quantidade de instalações de uso comunitário destruídos ou danificados	1-9	≥ a 10
ou quantidade de unidades habitacionais destruídos ou danificados	1-9	≥ a 10
ou quantidade de obras de infra estrutura destruídos ou danificados	1-9	≥ a 10

Quadro 2: Critérios para o item 6.2

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Descreva no item 6.2 – “**Descrição dos Danos Materiais**” o nome das instalações afetadas, sua localização e outras informações pertinentes.

Por exemplo: *Escola Estadual, endereço, quantidade de alunos etc...*

Hospital, endereço, quantidade de leitos etc...

	Tipo	Destruidas	Danificadas	valor
6.2 – Danos Materiais	Instalações públicas de saúde	<input type="text"/>	<input type="text"/>	R\$ 0,00
	Instalações públicas de Ensino	<input type="text"/>	<input type="text"/>	R\$ 0,00
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços	<input type="text"/>	<input type="text"/>	R\$ 0,00
	Instalações públicas de uso Comunitário	<input type="text"/>	<input type="text"/>	R\$ 0,00
	Unidades habitacionais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	R\$ 0,00
	Obras de infra-estrutura Pública	<input type="text"/>	<input type="text"/>	R\$ 0,00

Descrição dos Danos Materiais:

Caracteres restantes: 4000

Figura 12: FIDE – item 6.3

Fonte: Brasil (2012)

Os danos ambientais dizem respeito ao processo de degradação da natureza, que pode ser reversível ou irreversível. Dentro do item 6.3 – “Danos Ambientais”, é preciso selecionar o percentual da população atingida por conta dos danos ambientais (contaminação da água, contaminação do solo e contaminação do ar) provocados pelo desastre, de acordo com uma escala variável (0 a 5%, 5 a 10%, 10 a 20%, e, acima de 20%), e o percentual (até 40% ou acima de 40%) da área afetada por incêndio em parques, Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Proteção Permanente (APP).

Na caracterização dos critérios de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), observe os seguintes critérios para o item 6.3:

6.3	SE	SE	ECP	ECP
	Até 10.000 habitantes	Acima de 10.000 habitantes	Até 10.000 habitantes	Acima de 10.000 habitantes
Contaminação da água	10 a 20%	5 a 10%	acima de 20%	10 a 20%
Contaminação do solo	10 a 20%	5 a 10%	acima de 20%	11 a 20%
Contaminação do ar	10 a 20%	5 a 10%	acima de 20%	12 a 20%
Incêndio em parques, APAs e APPs	até 40%		acima de 40%	

Quadro 3: Critérios para o item 6.3

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Figura 13: FIDE – item 6.3 – tipo

Fonte: Brasil (2012)

Figura 14: FIDE – item 6.3 – população do município atingido

Fonte: Brasil (2012)

6.3 - Danos Ambientais	Tipo	População do município atingida
	Contaminação da água	<input type="text"/>
	Contaminação do Solo	<input type="text"/>
	Contaminação do Ar	<input type="text"/>
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área atingida <input type="text"/> Até 40% Mais de 40%
Descrição dos Danos Ambientais: <input type="text"/> Caracteres restantes: 4000		

Figura 15: FIDE – item 6.3 – área atingida

Fonte: Brasil (2012)

No item 7.1 – “Prejuízos Econômicos Públicos”, registrar os serviços essenciais que foram prejudicados ou interrompidos pelo desastre, estimar o valor em R\$ da recuperação dos diversos itens que compõem os sistemas prestadores dos seguintes serviços:

- Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas – informar o valor necessário para o restabelecimento da assistência médica.
- Abastecimento de água potável – informar o valor necessário para restabelecimento da Rede, da Estação e do Manancial.
- Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários – informar o valor necessário para restabelecimento da Rede Coletora e da Estação de Tratamento.
- Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação de lixo – informe valor necessário para restabelecimento da Coleta e do Tratamento.
- Sistema de desinfestação e desinfecção do *habitat* e de controle de pragas e vetores – informar o valor necessário para o restabelecimento desse sistema.
- Geração e distribuição de energia elétrica – informar o valor necessário para restabelecimento da rede e da geração de energia.
- Telecomunicações – informar o valor necessário para restabelecimento da Rede e das Estações retransmissoras.
- Transportes locais, intermunicipais e interestaduais – informar o valor necessário para restabelecimento das vias (malha viária) e dos Terminais.
- Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico.
- Segurança pública – informar o valor necessário para restabelecimento das funções de segurança pública.

- Ensino – informar o valor necessário para restabelecimento da rede de ensino.

O valor total dos prejuízos públicos é preenchido automaticamente de acordo com os valores preenchidos nos itens anteriores.

Na caracterização dos critérios de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), observe os seguintes critérios para o item 7.1:

7.1	SE	ECP
Total de prejuízos públicos	2,77 a 8,32% da RCL	Acima de 8,33% da RCL

Quadro 4: Critérios para o item 7.1

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

No campo “Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos”, ainda no item 7.1, é preciso esclarecer como foram calculados os valores consignados, para um melhor entendimento:

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados		
	Serviços essenciais prejudicados	Valor para restabelecimento
7.1 - Prejuízos Econômicos Públicos	Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	R\$ 0,00
	Abastecimento de água potável	R\$ 0,00
	Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	R\$ 0,00
	Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	R\$ 0,00
	Sistema de desinfestação e desinfecção do habitat e de controle de pragas e vetores	R\$ 0,00
	Geração e distribuição de energia elétrica	R\$ 0,00
	Telecomunicações	R\$ 0,00
	Transportes locais, regionais e de longo curso	R\$ 0,00
	Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	R\$ 0,00
	Segurança pública	R\$ 0,00
	Ensino	R\$ 0,00
	Valor total dos prejuízos públicos	R\$ 0,00
	Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos: <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>	

Caracteres restantes: 4000

Figura 16: FIDE – item 7.1 – Prejuízos Econômicos Públicos

Fonte: Brasil (2012)

No item 7.2 – “Prejuízos econômicos privados”, é preciso registrar os prejuízos econômicos, discriminando o valor em R\$ do prejuízo correspondente, discriminando:

- Agricultura – informar o valor do prejuízo devido à perda de diversos tipos de lavoura, em razão do desastre.

- Pecuária – informar o valor do prejuízo em decorrência de animais mortos ou doentes, em função do desastre.
- Indústria – informe o valor estimado de custo da produção do setor industrial afetado pelo desastre.
- Serviços – informe o valor estimado de custo dos prestadores de serviços prejudicados pelo desastre.

O valor total dos prejuízos privados é preenchido automaticamente de acordo com os valores preenchidos nos itens anteriores.

Na caracterização dos critérios de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), observe os seguintes critérios para o item 7.2:

7.2	SE	ECP
Total de prejuízos privados	8,33 a 24,92% da RCL	acima de 24,93% da RCL

Quadro 5: Critérios para o item 7.2

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

No campo “**Descrição dos Prejuízos Privados**”, é preciso esclarecer como foram calculados os valores consignados, para um melhor entendimento:

7.2 - Prejuízos Econômicos Privados	Setores da Economia		Valor
	Agricultura		R\$ 0,00
Pecuária		R\$ 0,00	
Indústria		R\$ 0,00	
Serviços		R\$ 0,00	
Valor total dos prejuízos privados		R\$ 0,00	

Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:

Caracteres restantes: 4000

Figura 17: FIDE – item 7.2 – Descrição dos prejuízos Econômicos Privados

Fonte: Brasil (2012)

No item 8 – “Instituição informante”, serão preenchidos automaticamente, de acordo com o cadastro do usuário, o nome da instituição e do responsável pelas informações, o cargo, o telefone e a data da informação.

Os dados da instituição estadual também serão inseridos após a gravação do registro. Já os dados da SEDEC aparecerão preenchidos automaticamente.

Por isso, lembramos mais uma vez a importância de que os dados sejam permanentemente atualizados.

Figura 18: FIDE – item 8
Fonte: Brasil (2012)

Ao clicar no botão “gravar registro” aparecerá uma mensagem, conforme a tela a seguir. Neste momento, as informações serão gravadas na base de dados, enviadas ao CENAD e ficarão disponíveis para análise espacial.

Figura 19: FIDE – item 8 – gravar registro
Fonte: Brasil (2012)

A partir deste momento, os demais formulários estarão disponíveis para preenchimento e aparecerá o botão “Imprimir FIDE”.

8 - Instituição Informante				
Responsável: Solicitante do município de Florianópolis	Cargo	Dia	Mês	Ano
	Testador do sistema 123	14	09	2012
TEste do nome da Defesa Civil 123 praça dos patriotas, 123 - jurere - /SC CEP: 88053654 Telefone: 4888884444 Celular: 4833654666 E-mail: municipio@solleone.com.br E-mail secundário: joseantonio@autonomia.com.br				
TEste do nome da Defesa Civil 123 praça dos patriotas, 123 - jurere - 4205407 / SC CEP: 88053654 Telefone: 4888884444 Celular: 4833654666 E-mail: estado@solleone.com.br				
SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 7º Andar - Brasília/DF CEP: 70067-901 Telefones - (061) 3414-5869 3414-5515 Telefax - (061) 3414-5988 3414-5515				
<input type="button" value="Gravar Registro"/> <input type="button" value="Imprimir FIDE"/>				

Figura 20: FIDE – item 8 – imprimir FIDE
 Fonte: Brasil (2012)

O FIDE é o único formulário que não é bloqueado após o envio de solicitação de reconhecimento, uma vez que ele poderá e deverá ser atualizado na base de dados e junto ao CENAD enquanto perdurar a situação de anormalidade.

Complementando...

Para saber mais sobre o assunto abordado nesta Unidade, acesse o *site* da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Espírito Santo em: <http://www.defesacivil.es.gov.br/files/meta/9c79332b-f0d2-4891-8f9c-b26d981b2258/127da698-1cf5-4167-9a58-d809b2514995/91.pdf>.
 Acesso em: 7 nov. 2012.

Resumindo

Nesta Unidade vimos quais são os passos para realizar o procedimento de registro e o pedido de reconhecimento federal de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública utilizando o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) e aprendemos a preencher o Formulário de Informações do Desastre (FIDE), seguindo as orientações com detalhes.

Muito bem, concluímos a Unidade 2. Agora, acesse o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem e realize as atividades propostas para você. Caso tenha alguma dificuldade, entre em contato com o seu tutor, pois ele está esperando por você.

Bons estudos!